



Demonstrações Contábeis

Rua Clementino Câmara, 234 • Barro Vermelho • CEP
59030-330 • Natal/RN • Brasil • Tel: 84 4006.1600 •
www.caccdurvalpaiva.org.br

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores em R\$ 1,00			
ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		1.468.950	871.303
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.239.963	686.639
Créditos a Receber	5	24.990	148.270
Outros Créditos	6	194.096	28.109
Despesas Antecipadas		9.901	8.284
NÃO CIRCULANTE		4.046.469	4.349.553
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		47.161	2.000
Outros Créditos	7	14.546	-
Depósitos Judiciais	8	32.615	2.000
IMOBILIZADO	9	3.975.871	4.323.779
Bens Imóveis		4.280.781	4.280.781
Bens Móveis		1.913.731	2.066.933
(-) Depreciação Acumulada		(2.218.642)	(2.023.935)
INTANGÍVEL	10	22.313	22.649
Software ou Programas de Informática		23.679	23.679
(-) Amortização Acumulada		(1.367)	(1.031)
COMPENSAÇÃO ATIVA		1.125	1.125
Bens em Comodato		1.125	1.125
TOTAL DO ATIVO		5.515.419	5.220.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Valores em R\$ 1,00			
PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		1.229.634	1.250.022
Fornecedores		86.355	90.249
Obrigações com Empregados	11	272.718	257.115
Obrigações Tributárias - Retenções		1.972	173
Recursos de Convênios em Execução	12	433.493	538.277
Provisões Trabalhistas	11	310.431	338.620
Outras Obrigações	13	112.230	12.816
Contas a Pagar		9.870	11.226
Consignação a Pagar		2.565	1.547
NÃO CIRCULANTE		1.125	21.155
Provisão para Processos Judiciais	14	-	20.030
Compensação Passiva		1.125	1.125
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.1	4.284.660	3.949.678
Patrimônio Social		3.930.719	4.009.533
Superávit/Déficit do Exercício		353.941	(59.855)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.515.419	5.220.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS/DÉFICITS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores em R\$ 1,00			
DISCRIMINAÇÃO	Nota	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL		5.210.397	4.500.636
Receitas com Restrições	16	408.948	131.698
Receitas sem Restrições	17	4.801.448	4.368.938
CUSTOS OPERACIONAIS	18	(3.769.705)	(3.378.680)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		1.440.691	1.121.956
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.189.756)	(1.206.935)
Administrativas		(32.707)	(39.706)
Manutenção da Casa		(683.205)	(766.104)
Depreciação e Amortização		(327.392)	(284.200)
Despesas Tributárias		(174)	(3.887)
Despesas com Veículos		(146.277)	(113.038)
RESULTADO FINANCEIRO		(93.236)	(80.040)
Despesa Financeira		(115.250)	(111.749)
Receita Financeira		22.014	31.709
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		196.242	105.165
Outras Despesas Operacionais		-	(180)
Outras Receitas Operacionais	19	196.242	105.345
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		353.941	(59.855)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores em R\$ 1,00				
DISCRIMINAÇÃO	Ref. Nota	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2016		3.701.540	452.231	4.153.771
Incorporação do Déficit do Exercício Anterior		-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	12.1	-	(144.239)	(144.239)
Resultado do Exercício de 2017		-	(59.855)	(59.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		3.701.540	248.138	3.949.678
Incorporação do Superávit Acumulados		-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	12.1	-	(18.959)	(18.959)
Resultado do Exercício de 2018		-	353.941	353.941
Saldo em 31 de dezembro de 2018		3.701.540	583.120	4.284.660

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores em R\$ 1,00		
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit/Déficit do Exercício	353.941	(59.855)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(18.959)	(144.239)
Depreciação/Amortização	191.808	133.013
Superávit/Déficit Ajustado	526.790	(71.081)
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	(41.089)	(90.001)
Créditos a Receber	123.280	(85.912)
Outros Créditos	(165.987)	(4.509)
Despesas Antecipadas	1.618	420
Aumento (Diminuição) nos Ativos Não Circulantes	(45.161)	(2.000)
Outros Créditos	(14.546)	-
Depósitos Judiciais	(30.615)	(2.000)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	(20.388)	312.277
Fornecedores	(3.894)	(7.891)
Obrigações com Empregados	15.603	13.516
Obrigações Tributárias - Retenções	1.798	(1.234)
Provisões Trabalhistas	(28.189)	(18.145)
Recursos de Convênios em Execução	(104.784)	322.423
Outras Obrigações	99.414	(822)
Contas a Pagar	(1.355)	4.352
Consignações a Pagar	1.019	77
Aumento (Diminuição) nos Passivos Não Circulantes	(20.030)	-
Provisão para Processos Judiciais	(20.030)	-
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	400.122	149.194
Fluxo de Caixa Atividades Financiamentos		
Empréstimos Bancários	-	-
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Atividades Investimentos		
(Acréscimo) Baixa do Imobilizado	153.202	4.281
(Acréscimo) Baixa do Intangível	-	(22.000)
(Acréscimo) Baixa Empréstimos a Terceiros	-	(422)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimentos	153.202	(18.141)
Aumento/(redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa no Período	553.324	131.054
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	686.639	555.586
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.239.963	686.639
Variação das Disponibilidades	553.324	131.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CASA DE APOIO À CRIAÇÃO COM CANCER DURVAL PAIVA, fundada em 11 de janeiro de 1999, é uma Associação Civil sem fins lucrativos de caráter social-filantrópico, com personalidade jurídica de direito privado registrada no CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, tendo por objetivo assistir ao acompanhamento do tratamento em Natal, o menor, o adolescente e o adulto com câncer, de família reconhecidamente pobre; abrigar, sem quaisquer ônus, em sua casa no regime de pousadas com alimentação e dormida, o paciente doente e um acompanhante; fornecer tanto quanto possível medicamentos indicados ao tratamento do paciente assistido; desenvolver atividades de lazer adequadas ao estado dos assistidos; esclarecer e promover palestras, eventos de cunho social, educativo e relacionado à saúde para os hóspedes e comunidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) - em consonância com a ITG 2002 (R1) e NBC TG 07 (R2) e com as disposições contidas na regulamentação determinada pelo Decreto 8.242 de 23 de maio de 2014 que regulamenta a Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social, e da escrituração das demonstrações financeiras dessas entidades, e com a legislação complementar no que lhe é aplicável.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método indireto de acordo com a Norma Contábil NBC TG 03 (R3).

As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, estão apresentadas adotando-se como expressão monetária a “unidade de reais” sendo apresentados de forma comparativa ao exercício anterior. A Diretoria Executiva da Entidade autorizou a emissão das Demonstrações 10 de abril de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Ativos e Passivos Circulantes – os ativos estão demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, todos representados por direitos e obrigações de curto prazo;

3.2 – Ativo Imobilizado – Demonstrado ao custo histórico para os bens adquiridos a partir de 1º janeiro de 1996, e os anteriores, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil dos bens definidas na legislação fiscal;

3.3 – Convênios em Execução – Reconhecidos com base na ITG 2002 (R1) e NBC TG 07 (R2), representam a obrigação assumida pela Entidade decorrente dos recursos recebidos ou a receber de contribuições e subvenções governamentais ou de entes privados, com destinação específica para realização no exercício subsequente, conforme objetos específicos pactuados;

3.4 – Receitas – Classificadas na Demonstração do Resultado do Exercício em receitas com restrições e receitas sem restrições. As receitas com restrição são decorrentes da aplicação dos recursos de subvenções e de projetos na realização dos respectivos objetos firmados nos Termos de Convênios, ao passo que as sem restrição são representadas pelo efetivo recebimento das doações, destinadas ao custeio das operações da Casa.

3.5 – Apuração do Superávit/Déficit – o resultado é apurado pelo regime de competência, incluindo os rendimentos financeiros incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não-circulantes, bem como os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização, quando aplicável.

APRESENTAÇÃO ANALÍTICA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE CONTAS

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os saldos de caixa, bancos, aplicações e fundos de investimentos de liquidez imediata, são demonstrados ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, segregados em recursos sem restrição e recursos com restrição, classificados de acordo com a ITG 2002 (R1).

As disponibilidades sem restrições são representadas pelos recursos próprios da Instituição, oriundos das receitas auferidas através de doações, ao passo que as com restrições se referem aos valores recebidos para a aplicação na execução de Convênios e Projetos firmados com Entes Governamentais ou Entidades Privadas, conforme demonstramos:

Descrição	2018	2017
Caixa	1.808	2.550
Bancos - Recursos sem restrições	129.014	20.550
Bancos - Recursos com restrições	5.187	50
Aplicações Financeiras - Recursos sem restrições	699.469	306.128
Aplicações Financeiras - Recursos com restrições	404.485	357.362
TOTAL	1.239.963	686.639

5. CRÉDITOS A RECEBER

Representam os valores a receber de Entidades Privadas ou Entes Governamentais decorrentes da formalização contratual de Termos de Convênios ou de Projetos Assistenciais firmados com a Instituição, cujos valores globais pactuados não foram totalmente repassados até a data de encerramento do exercício, conforme discriminados:

Descrição	2018	2017
Projeto Viver Feliz	-	25.000
Convênio Usina de Energia - Voltaígia	-	33.032
Projeto Fazendo Arte - INEC	-	24.460
Criança Esperança - Proj. Trilha do Desenvolvimento	-	65.778
Projeto Aprendendo Mais Sobre o Câncer Infantil	24.990	-
TOTAL	24.990	148.270

6. OUTROS CRÉDITOS

São representados na sua maior relevância, por saldos de impostos a recuperar e de adiantamentos a empregados. No exercício de 2018, a Instituição obteve êxito no processo judicial em que se discutia o reconhecimento da sua imunidade tributária em relação ao PIS incidente sobre a folha de pagamento. Com o trânsito em julgado favorável, houve o registro contábil do crédito tributário de “PIS a recuperar” no montante de R\$ 166.825, que corresponde aos valores mensais recolhidos das competências de março de 2013 a março de 2018, corrigido pela Selic até a data de encerramento dessas demonstrações. Sendo assim, esse grupo composto conforme descrito:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos a Fornecedores	618	225
Adiantamentos a Empregados	25.022	26.680
INSS a recuperar	-	223
Pis a recuperar	166.825	-
FGTS a recuperar	567	-
Adiantamentos a Terceiros	264	982
Outros Créditos	800	-
TOTAL	194.096	28.109

7. OUTROS CRÉDITOS - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo de R\$ 14.546, refere-se a crédito a receber decorrente de êxito em ação judicial movida contra fornecedor da Casa.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de R\$ 32.615 existente em depósitos judiciais é composto da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Demandas Judiciais Trabalhistas	10.000	2.000
Demandas Judiciais Tributárias	22.615	-
TOTAL	32.615	2.000

Os depósitos judiciais referentes às demandas de natureza tributária foram efetuados em função da ação relativa ao PIS sobre folha de pagamento, conforme citado na nota “6”. Tendo em vista o êxito no referido processo judicial, a Instituição aguarda a liberação deste valor.

9. ATIVO IMOBILIZADO

Em conformidade com a NBC TG 01 (R3) – Resolução 1292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, a entidade efetuou o teste de recuperabilidade de seus veículos, pelo critério de valor de mercado. O valor contábil líquido desses ativos, não apresentou indicativo de perda ao seu valor recuperável, não sendo necessária a constituição de provisão para perda por desvalorização.

O Controle patrimonial iniciado pela Entidade no exercício de 2016, apresenta-se ainda em fase de adequação, requerendo ajustamentos nos parâmetros de registros dos bens quanto a sua classificação, depreciação e movimentações, para posterior alinhamento dos valores apurados e conciliação aos registros contábeis. Em consonância com os levantamentos patrimoniais efetuados neste exercício, foi realizado a adequação do saldo da conta de veículos à posição inventariada, efetuando-se a baixa do custo histórico e respectivos saldos de depreciação acumulada de itens, cuja baixa por alienação não fora tempestivamente registrada em exercícios anteriores. No quadro abaixo demonstramos a composição do saldo dos bens registrados no ativo imobilizado, evidenciando a movimentação ocorrida comparativamente ao exercício anterior.

Descrição	Tx %	Custo Histórico em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido em 31/12/2018
BENS IMÓVEIS		4.280.781	-	-	4.280.781	(841.618)	3.439.163
Edifícios e construções	4%	3.202.332	-	-	3.202.332	(308.796)	2.893.536
Bens Imoveis	4%	1.078.449	-	-	1.078.449	(532.822)	545.627
BENS MÓVEIS		2.066.933	59.488	(212.690)	1.913.731	(1.377.023)	536.708
Instalações	10%	29.293	-	-	29.293	(27.102)	2.191
Máquinas e equipamentos	10%	197.919	22.589	-	220.508	(94.277)	126.231
Móveis e utensílios	10%	438.072	23.123	-	461.195	(290.171)	171.024
Veículos	20%	517.502	-	(212.690)	304.812	(217.180)	87.632
Equipamentos de Informática	20%	367.168	13.777	-	380.945	(266.804)	114.141
Utensílio de Copa/Cozinha	10%	757	-	-	757	(757)	-
Equipamentos Odontológicos	10%	27.400	-	-	27.400	(23.630)	3.770
Equipamentos Hospitalares	10%	68.954	-	-	68.954	(68.954)	-
Lavanderia	10%	14.075	-	-	14.075	(14.075)	-
Benfeitorias	4%	405.792	-	-	405.792	(374.075)	31.718
TOTAL		6.347.714	59.488	(212.690)	6.194.512	(2.218.641)	3.975.871

Descrição	Tx %	Custo Histórico em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido em 31/12/2017
BENS IMÓVEIS		4.280.781	-	-	4.280.781	(670.387)	3.610.394
Edifícios e construções	4%	3.202.332	-	-	3.202.332	(180.703)	3.021.629
Bens Imoveis	4%	1.078.449	-	-	1.078.449	(489.684)	588.765
BENS MÓVEIS		2.070.860	147.818	(151.745)	2.066.933	(1.353.547)	713.386
Instalações	10%	29.293	-	-	29.293	(26.684)	2.609
Máquinas e equipamentos	10%	169.619	28.300	-	197.919	(73.798)	124.121
Móveis e utensílios	10%	420.035	18.037	-	438.072	(265.950)	172.122
Veículos	20%	597.257	71.990	(151.745)	517.502	(288.778)	228.724
Equipamentos de Informática	20%	337.677	29.491	-	367.168	(224.251)	142.917
Utensílio de Copa/Cozinha	10%	757	-	-	757	(757)	-
Equipamentos Odontológicos	10%	27.400	-	-	27.400	(20.890)	6.510
Equipamentos Hospitalares	10%	68.954	-	-	68.954	(68.954)	0
Lavanderia	10%	14.075	-	-	14.075	(14.075)	0
Benfeitorias	4%	405.792	-	-	405.792	(369.411)	36.381
TOTAL		6.351.641	147.818	(151.745)	6.347.714	(2.023.934)	4.323.779

10. INTANGÍVEL

Consta nesse grupo os bens não corpóreos passíveis de mensuração os quais atendem as definições estabelecidas na NBC TG 04 (R3).

11. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E PROVISÕES TRABALHISTAS

Trata-se de obrigações de natureza salarial decorrentes das relações contratuais com empregados, seus respectivos encargos incidentes, bem como, retidos em folha e provisões de férias, conforme descrito:

Descrição	2018	2017
Salários a Pagar	193.272	191.415
Rescisão Contratual a Pagar	1.752	-
Pensão Alimentícia	145	-
INSS a Recolher	28.913	18.154
FGTS a recolher	29.641	29.579
Mensalidade Sindical	19	19
IRRF s/ Folha a recolher	15.264	14.474
PIS s/ Folha	3.582	3.474
FGTS Rescisório a Recolher	130	-
TOTAL	272.718	257.115

12. RECURSOS DE CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO

Descrição	2018	2017
Instituto Ronald Mc Donald - Projeto Vida	88.774	248.616
Convênio Usina de Energia - Voltaia	33.590	65.998
Criança Esperança - Projeto Trilhas do Desenvolvimento	11.492	65.778
Projeto Viver Feliz	5.690	49.776
Projeto Fazendo Arte - INEC	14.664	49.470
Projeto Registro de Câncer	15.177	36.266
Instituto Ronald Mc Donald - Projeto Diagnóstico Precoce	4.852	22.373
Campanha MC dia Feliz	[a] 87.402	-
Convênio Sesap 56/2018	[b] 27.528	-
Projeto Pronon	[c] 93.964	-
Projeto Vida Rotary Club Natal	323	-
Projeto Aprendendo Mais Sobre o Câncer Infanto Juvenil	[d] 50.038	-
TOTAL	433.493	538.277

Referem-se a reconhecimento da obrigação de execução de projetos em decorrência de recurso de convênios recebidos ou a receber das seguintes Instituições/Projetos:

[a] Valor referente ao saldo a executar da arrecadação obtida na campanha Mc Dia Feliz no ano de 2018, promovida pelo Instituto Ronald Mc Donald.

[b] Convênio firmado entre a Casa Durval Paiva e a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte com o objetivo de oferecer assistência farmacêutica ao paciente e doação de gêneros alimentícios às famílias atendidas pela instituição;

[c] Convênio firmado entre a Casa Durval Paiva e o PRONON tem vigência de dezembro de 2018 a dezembro de 2020, e como objetivo, o esclarecimento e a atualização

dos profissionais de saúde acerca dos sinais e sintomas do Câncer Infantojuvenil.

[d] Convênio firmado entre a Casa Durval Paiva e a Confederação Nacional das Instituições de Apoio e Assistência a Criança e Adolescente cm Câncer - Coniacc tem vigência de novembro de 2018 a novembro de 2019, e como objetivo, qualificar profissionais da área de educação através de formação continuada sobre a relação entre a escola, professor e o diagnóstico precoce do câncer infatojuvenil.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	2018	2017
SINDSOCIAL	9.905	9.905
Seguros a Pagar	3.544	2.911
Créditos Indevidos a Devolver [a]	98.782	-
TOTAL	112.230	12.816

[a] Valor referente a recursos recebidos para execução de projetos conforme Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica que, pela impossibilidade da aplicação dos valores captados, deverão ser devolvidos ao parceiro.

14. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As contingências passivas são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes. Conforme critérios definidos na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R2) do Conselho Federal de Contabilidade, entretanto, com base na opinião dos assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2018, não há Ações para quais o risco de perda fosse classificado como possível. De acordo com as informações dos nossos assessores jurídicos, na data de reporte do balanço, não existem passivos contingentes de natureza cível, tributária ou trabalhista, considerados como perda provável ou possível.

15. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social é composto pelos valores de constituição da CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA, ajustado pelos resultados acumulados de cada exercício encerrado, conforme definido na ITG 2002 (R1).

15.1. Ajustes de Exercícios Anteriores

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade se utilize de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. No exercício de 2018, não houve mudança de política contábil, de critérios ou mudança de tratamento contábil, porém houve retificações de registros, decorrentes do não reconhecimento tempestivo das transações originadas em exercícios passados, conforme demonstrativo a seguir:

Descrição	2018	2017
Estorno de Provisão Indevida	[a] 9.380	76.642
Provisão de Obrigações com Fornecedores	(3.031)	(11.032)
Provisão de Obrigações com Encargos	6.862	(1.113)
Reversão de Receitas Indevidas	(531)	(207.683)
Reconhecimento de Baixa de Imobilizado	[b] (80.129)	-
Cartoes de Créditos	40.489	-
Reversão de Depósitos Judiciais	8.000	-
TOTAL	(18.959)	(143.185)

[a] Estorno de provisões realizadas em função do cancelamento da obrigação com o fornecedor ou da inexistência de débitos.

[b] Regularização do saldo da conta de veículo, líquidos de depreciação, para adequação ao levantamento patrimonial realizado.

16. RECEITAS COM RESTRIÇÕES

São reconhecidas quando da aplicação dos recursos dos projetos e convênios nos seus objetos específicos, conforme definido na nota 3.4. No exercício de 2018 houve receitas dos seguintes projetos e convênios:

Descrição	2018	2017
Instituto Ronald - Projeto Vida	165.987	42
Instituto Ronald - Diag. Precoce	16.940	640
Criança Esperança - Projeto Viva a Leitura	-	97
Projeto Semeando Vidas	-	18.662
Projeto Classe Hospitalar	-	20.612
Projeto Viver Feliz	43.488	28.000
Convênio Sethas - 006/2015	-	18.100
Projeto Semeando o Amanhã	-	45.000
Projeto Criança Esperança - Trilha do Desenv.	54.706	-
Convênio Usina de Energia - Voltaia	32.874	109
Projeto Fazendo Arte - INEC	35.503	45
Projeto Registro de Câncer	22.233	390
Convênio Sesap	22.886	-
Projeto Vida Rotary Club Natal	14.332	-
TOTAL	408.948	131.698

17. RECEITAS SEM RESTRIÇÕES

São reconhecidas quando da aplicação dos recursos que não possuem objeto específico. A composição das receitas no exercício de 2018 é:

Descrição	2018	2017
Doações Avulsas	66.869	46.916
Doações Telemarketing	4.472.317	4.322.022
Troco Solidário	262.262	-
TOTAL	4.801.448	4.368.938

No exercício de 2018 foi firmado Termo de Parceria com o Supermercado Nordeste, denominado "Troco solidário", que consiste na doação do troco pelos clientes da referida rede de supermercados, que voluntariamente a realizam, no exercício de suas compras pagas em espécie, as quais possibilitem a existência de troco, cujo montante arrecadado mensalmente é repassado para a Casa.

18. CUSTOS OPERACIONAIS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL

Descrição	2018	2017
Salários e Ordenados	(3.051.327)	2.871.221
Encargos Sociais	(335.369)	299.643
Projeto Festejar	(821)	212
Projeto Vida	(165.987)	138.402
Campanha Diagnóstico Precoce	(16.940)	1.242
Projeto Semeando Vidas	-	13.669
Projeto Bovespa	-	27
Projeto Criança Esperança	(39.849)	280
Projeto Vida Rotary Club	(14.332)	-
Projeto Classe Hospitalar	-	2.541
Convênio Sethas	-	470
Convênio Sesap	(22.886)	-
Projeto Viver Feliz	(42.404)	17.338
Projeto Semeando o Amanhã	(838)	4.062
Projeto Registro de Câncer	(15.717)	-
Projeto Por Um Brasil de Leitores	(1.900)	25.527
Projeto Cidadão Nota 10	(702)	4.000
Projeto Fazendo Arte - INEC	(24.305)	45
Projeto Usina Eólica - Voltaia	(28.094)	-
Contra Partida Projetos	(8.234)	-
TOTAL	(3.769.705)	3.378.680

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Estas receitas estão representadas em sua totalidade pelos valores dos êxitos obtidos em demandas judiciais, nas quais a Instituição figura como parte autora, sendo composta pelos valores de R\$ de R\$ 166.825 referente ao reconhecimento da imunidade tributária em relação ao PIS incidente sobre a folha de pagamento (nota 6), e de R\$ 14.546 referente a ação judicial movida contra fornecedor da Casa (nota 7). Houve ainda a reversão da provisão de demanda judicial em favor da Entidade. No quadro abaixo demonstramos a composição do saldo dessa conta.

Descrição	2018	2017
Outras Receitas Operacionais	-	105.345
Ganho em Demanda Judicial	166.825	-
Ganho em Demanda Trabalhista	14.546	-
Reversão de Provisão de Demandas Judiciais	14.871	-
TOTAL	196.242	105.345

20. CERTIFICAÇÃO ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade faz jus ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, por atender aos requisitos previstos na Lei 12.101/2009 e no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, tendo sua certificação renovada através da portaria 94/2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, publicada no Diário Oficial da União em 31/08/2015, com validade até 22 de agosto de 2020.

21. ISENÇÕES COM CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em cumprimento ao disposto na Resolução CFC Nº 1409/12, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, apresentamos os valores das isenções de contribuições previdenciárias, e imunidades tributárias decorrente da condição de Entidade Beneficente de Assistência Social Certificada.

Descrição	2018	2017
Contribuições Previdenciárias	600.936	563.591

As imunidades tributárias usufruídas com os impostos incidentes sobre as receitas não estão sendo apresentadas, pois as receitas sem restrições da Entidade são na sua totalidade decorrentes de doações, inexistindo receitas de prestação de serviços, e portanto, fato gerador para base de cálculo das imunidades com o PIS, COFINS, ISS, IRPJ e CSLL.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, relacionados com a Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva, que possam ter efeito relevante em suas demonstrações financeiras.

Natal (RN), 31 de dezembro de 2018.

José Luís Leiros Cunha
Contador CRC/RN 5574

Rilder Flávio de Paiva Campos
Presidente
CPF: 261.633.814-91

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores
Diretores e Conselheiros da
CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA
Natal/RN

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de superávit ou déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), e com a Resolução nº. 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa “9” A CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA iniciou em exercícios anteriores a implantação do controle patrimonial dos bens que integram o seu ativo imobilizado, havendo avanços neste processo ao longo dos exercícios. Todavia, na data de encerramento destas demonstrações, a totalidade dos grupos que constituem os bens móveis e imóveis da Entidade, não teve o levantamento físico pormenorizado desses ativos concluído. Desta forma, o saldo de R\$ 3.975.871 existente no Imobilizado em 31 de dezembro de 2018 poderá sofrer ajustamentos de valores para fins de adequação à posição patrimonial levantada, quando da finalização deste processo. Portanto, não estamos em condições de opinar sobre este saldo e sobre os possíveis efeitos que a conclusão do levantamento patrimonial, e a revisão da vida útil dos bens possam ocasionar na depreciação, e consequentemente no resultado do exercício e no seu Patrimônio Social.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1.000 (R1), e com a Resolução nº. 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CASA DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis,

tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 10 de abril de 2019.

CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O

Edilúzia Araújo de Oliveira
Contadora
CRC/RN nº 5067/O